

PRÉ-EDITAL Simulado
DEPEN Agente Federal
de Execução Penal
(03/05/2020)
PRÉ-EDITAL
Simulados - DEPEN

03 de Maio de 2020

1º SIMULADO DEPEN



Simulado Especial

1º Simulado DEPEN – Agente Federal de Execução Penal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DEPEN-03-05>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS**Décio Terror**

Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar. Antes disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos altos. Dos armários tirou as roupas de seda, das gavetas tirou todas as joias. E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos.

Agora podia viver descansado. Ninguém a olhava duas vezes, homem nenhum se interessava por ela. Esquivava-se como um gato, não mais atravessava praças. E evitava sair.

Tão esquila se fez, que ele foi deixando de ocupar-se dela, permitindo que fluísse em silêncio pelos cômodos, mimetizada com os móveis e as sombras.

Uma fina saudade, porém, começou a alinhar-se em seus dias. Não saudade da mulher. Mas do desejo inflamado que tivera por ela.

Então lhe trouxe um batom. No outro dia um corte de seda. À noite tirou do bolso uma rosa de cetim para enfeitar-lhe o que restava dos cabelos.

Mas ela tinha desaprendido a gostar dessas coisas, nem pensava mais em lhe agradar. Largou o tecido numa gaveta, esqueceu o batom. E continuou andando pela casa de vestido de chita, enquanto a rosa desbotava sobre a cômoda.

Marina Colasanti. Contos de Amor Rasgado

01. O texto traça um perfil gradativo de uma mulher frágil que se torna forte e independente.

02. A mulher abre mão de sua beleza para agradar o marido e manter uma relação social amistosa.

03. A conjunção “Mas”, a qual inicia o último parágrafo, transmite uma mudança comportamental, pois antes a mulher tinha de acatar o que lhe era imposto, agora ela perdeu a sua vontade.

04. O primeiro parágrafo explicita e reforça a informação do título do texto.

05. A imagem da rosa desbotada transmite no texto a ideia de anulação da identidade da personagem.

06. O acento indicativo de crase em “à passagem dela” (1º parágrafo) e “À noite” (5º parágrafo) ocorre pelo mesmo motivo gramatical: locuções adverbiais de base feminina.

07. A expressão “ainda assim” (1º parágrafo) apresenta valor condicional e admite também a grafia **ainda sim**, com preservação de sentido.

08. O pronome “lhe”, em “tosquiou-lhe os longos cabelos” (1º parágrafo) apresenta valor de posse.

09. O segmento “vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela” (1º parágrafo) apresenta valor de causa em relação ao segmento posterior.

10. A conjunção “porém” (4º parágrafo) apresenta valor de oposição, por isso pode ser substituída pela conjunção **mas**, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original.

11. O vocábulo “mimetizada” (3º parágrafo) está sendo empregado no contexto no sentido de distanciar-se, diferenciar-se.
12. O verbo “tivera” (4º parágrafo) está sendo empregado no texto como anterioridade de uma ação em relação a outra.
13. No 4º parágrafo, o termo “por ela” é complemento do verbo “tivera”.
14. Quanto aos aspectos morfossemânticos, o vocábulo “descansado”, em “Agora podia viver descansado” (2º parágrafo), é advérbio de modo.
15. A omissão da vírgula após “atenção”, na frase “Antes disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos altos.” (1º parágrafo) não muda o sentido original, tampouco gera incorreção gramatical.
16. A correlação com o vocábulo “outro” indica que “um”, em “um ou outro olhar viril” (1º parágrafo), é pronome indefinido, e não numeral ou artigo.
17. O pronome “a” pode se posicionar depois do verbo na oração “Ninguém a olhava duas vezes” (2º parágrafo), mantendo-se a correção gramatical e o sentido.

18. O vocábulo “que”, na oração “que ele foi deixando de ocupar-se dela” (3º parágrafo), é elemento de coesão por apresentar recurso anafórico.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

19. Com referência à segurança da informação, julgue os itens subsecutivos.
- Vários recursos de segurança são necessários para conter ataques em redes de computadores. Acerca de segurança da informação, analise a próxima afirmativa.
- O sistema de segurança denominado firewall pode ser implementado em redes de computadores tanto por recursos de softwares, quando por recursos de hardwares.
20. Pragas maliciosas do tipo Vírus de Boot, quando contaminarem uma máquina, impedirão o sistema operacional de ser iniciado ou executado corretamente.
21. Malwares do tipo vírus podem danificar e até mesmo apagar arquivos de textos, planilhas, imagens, entre outros. Porém, não é capaz de infectar partes do sistema operacional, pois esses tipos de arquivos são protegidos contra os ataques de vírus.
- Com relação a redes de computadores e a Internet, julgue o item subsequente.
22. As redes Intranet são exclusivamente empresariais, pois são criadas considerando os limites internos da instituição, utilizando os

mesmo programas e protocolos de comunicação da Internet. Ainda, esse tipo de rede é restrita a um grupo específico de usuários, geralmente os colaboradores e sócios dessas organizações.

23. Julgue o próximo item, acerca da edição de textos e planilhas.

No LibreOffice Calc, instalação padrão em português, o recurso Atingir Metas, localizado no menu Ferramentas, permite ao programa formatar as cores de células de acordo com determinados resultados, como, por exemplo, quando o valor pretendido é alcançado em uma somatória, atingindo a meta estabelecida pelo usuário.

24. No que se refere a computação em nuvem (Cloud Computing), julgue o próximo item.

Considerando que pequenas empresas e novos negócios utilizam máquinas computacionais simples no seu ambiente local e precisam de uma solução em nuvem para o armazenamento de seus dados, arquivos, backup, e ainda recursos de hardware, como, por exemplo, processamento e memória primária, o serviço em nuvem mais indicado para isso é a Infrastructure as a Service (IaaS).

25. Acerca de sistemas Windows, julgue os itens abaixo.

A ferramenta de criptografia BitLocker, utilizada no Windows, não está disponível na última versão desse sistema operacional, o Windows 10.

26. O botão Task View, visão de tarefas, localizado na barra de tarefas do Windows 10, é capaz de alternar entre os programas que estão em

utilização pelo usuário, exibindo as aplicações em uso através miniaturas de janelas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

Responda às questões a seguir, de acordo com o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, estabelecido pelo Decreto n. 1.171/1994.

27. A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, exclusivamente no exercício do cargo ou função, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal.

28. A moralidade da Administração Pública está adstrita à distinção entre o bem e o mal, e por isso deve fundamentar as decisões tomadas no âmbito da Administração.

29. Toda pessoa tem direito à verdade, e por isso o servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

30. É dever do servidor cumprir todas as ordens superiores, em qualquer situação. Este é o chamado princípio da obediência estrita.

Sobre Ética e Moral, responda as questões a seguir.

31. A Ética é a manifestação dos juízos dever-ser, prescrevendo padrões de conduta de acordo com a cultura da sociedade em cada momento.

32. A palavra "ética" é derivada do grego ethos e significa "caráter". Por isso pode-se dizer que a Ética se dedica ao juízo de valor sobre os desvios da conduta do ser humano.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

O professor Ricardo Vale encomendou uma pesquisa entre alguns alunos sobre o uso das seguintes ferramentas da assinatura ilimitada do Estratégia: Trilha Estratégica (T), Mapas Mentais (M) e Mapa da Lei (L). A pesquisa revelou que cada um dos alunos entrevistados utiliza pelo menos uma dessas ferramentas. As quantidades de alunos entrevistados que utilizam essas ferramentas estão mostradas na tabela a seguir.

Ferramentas da Assinatura Ilimitada	T	L	M	TeL	TeM	LeM	T, LeM
Quantidade de alunos	390	400	170	190	70	170	70

Com base nas informações e na tabela acima, julgue os próximos itens.

33. Se um aluno entrevistado não utiliza o Mapa da Lei, então esse aluno não utiliza Mapas Mentais.
34. A quantidade de alunos que utiliza apenas uma das ferramentas acima é maior do que 300.
35. Mais de 300 alunos utilizam apenas duas das ferramentas citadas.
36. Nenhum aluno utiliza a Trilha Estratégica e os Mapas Mentais.

Um marceneiro e seu ajudante realizam um serviço e recebem juntos R\$ 1.800,00. A razão entre o valor recebido pelo marceneiro e pelo seu ajudante, somada com 1, é equivalente a 12/5. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

37. O marceneiro recebeu mais de R\$ 1.200,00.
38. O valor recebido pelo marceneiro foi 40% maior do que o valor recebido pelo seu ajudante.
39. Os valores recebidos pelo marceneiro e seu ajudante são proporcionais a 7 e 5.

Julgue os itens a seguir a partir das proposições P: "João estuda para o concurso do DEPEN", Q: "João é persistente" e R: "João será aprovado no concurso do DEPEN".

40. A sentença "Se João não foi aprovado no concurso do DEPEN, então João não estudou para o concurso do DEPEN ou João não foi persistente" pode ser representada simbolicamente por $(\neg R) \rightarrow (\neg P) \wedge (\neg Q)$.
41. A proposição $(\neg P) \rightarrow (P \rightarrow R)$ é sempre verdadeira, independentemente dos valores lógicos das proposições simples que a compõem.
42. As proposições $P \wedge \neg(Q \wedge R)$ e $(P \wedge \neg Q) \vee (P \wedge \neg R)$ são logicamente equivalentes.

Décio Terror decidiu passar um fim de semana no Rio de Janeiro e verificou que a distância de sua cidade Juiz de Fora até a Cidade Maravilhosa era de apenas 185 quilômetros. Antes de começar a sua viagem de Juiz de Fora até o Rio de Janeiro,

Décio verificou que seu tanque estava completamente vazio e parou para abastecer seu carro no Posto Estratégico, vizinho à sua casa. A bomba de combustível forneceu 25 litros em 2 minutos e 20 segundos, com um fluxo de combustível constante. Então, houve um problema nessa bomba e o frentista pediu para Décio continuar abastecendo em outra bomba, mais adiante. A segunda bomba

forneceu 26 litros em 2 minutos e 40 segundos, também com fluxo constante. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

43. O fluxo de combustível dessa segunda bomba, em relação à primeira, foi 9% menor.

44. Ao chegar ao Rio de Janeiro, Décio verificou que havia consumido apenas 1/3 da gasolina colocada no Posto Estratégico. Logo, o carro de Décio apresentou um consumo superior a 11 quilômetros por litro de combustível.

ATUALIDADES

Leandro Signori

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, anunciou nesta quarta-feira, que o Brasil registrou 42.201 crimes violentos letais intencionais (soma de homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) em 2019. O número representa uma queda de 18,9% na comparação com 2018, quando houve 52.057 mortes, e é o menor da série história iniciada em 2015, quando a pasta começou a divulgar os dados.

A redução no ano passado acompanha uma tendência que começou a ser verificada em 2018 – naquele ano, já foi verificada uma redução de 13,6% em relação a 2017. Em 2019, aconteceram 39.776

homicídios dolosos no país (queda de 19% sobre 2018), 1.566 latrocínios (redução de 22,7%) e 859 lesões corporais seguidas de morte (diminuição de 5,6%).

Disponível em: <https://tinyurl.com/y8cohgmq>. Acesso em 28/04/2020.

Com base no estudo referido no trecho anterior e nos seus conhecimentos a respeito da realidade brasileira na atualidade, julgue os itens a seguir:

45. A forma como ocorreu a urbanização brasileira nas últimas décadas não é apontada como uma das causas da elevada violência no país, já que outros países com grande população, como a Índia e a China, possuem indicadores de violência muito diferentes do Brasil.

46. Nas cidades localizadas na faixa de fronteira, os níveis de homicídio geralmente são baixos, pois há um expressivo contingente de oficiais da segurança públicas nesses locais com o intuito de fiscalizar as fronteiras.

47. O crescimento econômico de cidades do interior sem o adequado investimento em segurança pública ocasionou o aumento dos homicídios nessas localidades.

Considerando o tema da violência e da segurança pública no Brasil, analise as afirmativas a seguir.

48. Para estudiosos da segurança pública, a taxa de homicídios contra negros no Brasil revela um componente discriminatório, associado à histórica exploração e exclusão social dos negros no Brasil.

49. O número de policiais mortos em serviço é menor do que fora de serviço e dos vitimados por suicídio.

50. O Brasil investe relativamente mais recursos em segurança pública do que alguns países desenvolvidos, entretanto, apresenta números muito piores no geral devido à má gestão dos recursos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

52. É vedada a criação de mais de uma associação, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, econômica, ou de grupos sociais, na mesma base territorial, que será definida pelos associados interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

53. Sindicatos e associações estão legitimados a promoverem a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais de suas categorias e filiados, inclusive em questões judiciais ou administrativas, desde que contem com autorização expressa dos interessados, não sendo suficiente a simples associação ou sindicalização.

54. **Caso:** Juan, chileno, passava férias no Brasil, quando foi acusado de ter praticado, durante o Carnaval, o crime de importunação sexual, motivo pelo qual foi preso. Imediatamente, o estrangeiro impetrou um *habeas corpus*, para requerer o pronto restabelecimento de sua liberdade de locomoção e o direito de responder ao processo em liberdade. **Assertiva:** O remédio constitucional utilizado por Juan é isento de custas processuais, admite as formas escrita e a oral, dispensa a participação de advogado, pode ser impetrado por pessoas naturais e jurídicas e admite a modalidade preventiva.

55. José, ex-governador de São Paulo, em dezembro de 2019, foi condenado por improbidade administrativa. Em decorrência da condenação, no tempo definido por lei, José não poderá votar e nem ser eleito a nenhum tipo de mandato eletivo e não poderá tomar posse em cargo, emprego ou função pública.

56. A Constituição Federal assegura aos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos, dentre outros direitos, seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

57. Os militares, durante o serviço militar obrigatório, são inalistáveis e inelegíveis.

58. Situação hipotética: João, filho de mãe brasileira e pai canadense, nasceu na Austrália, no período em que sua mãe lá estava para estudar inglês. João não foi registrado em repartição consular brasileira. Aos 30 anos, em fevereiro do ano de 2019, veio residir no Brasil e optou pela nacionalidade brasileira. No mês de outubro do mesmo ano, chegou ao Brasil pedido de extradição formulado pela Austrália, em razão de João ter sido condenado por tráfico internacional ilícito de substância entorpecente e drogas afins, praticado no ano de 2015. **Assertiva:** Considerando o caso narrado, é correto afirmar que João poderá ser extraditado para a Austrália, porque praticou o crime antes de obter a nacionalidade brasileira.

59. Para combater abuso de poder econômico, corrupção ou fraude, é cabível ação de impugnação de mandato eletivo (AIME). A ação deve ser proposta no prazo de 15 dias contados da diplomação, instruída com provas, sob risco de o autor responder, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

60. A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nas hipóteses previstas taxativamente na Constituição Federal.

61. São direitos sociais expressamente elencados na Constituição Federal, dentre outros, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a propriedade, o transporte, e o lazer.

62. A Constituição Federal proíbe expressamente o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos de idade. A idade mínima para que o adolescente exerça atividade laboral, na condição de aprendiz, é de dezesseis anos.

63. A Constituição Federal determina que a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, uma vez que a prisão ilegal deve ser de pronto relaxada pela autoridade judiciária. A família do preso (ou a pessoa por ele indicada) também deve ser informada da prisão, para que possa presta-lhe a devida assistência. O responsável pela prisão deve se identificar ao preso.

64. Todos podem se reunir pacificamente em locais abertos ao público, mediante prévia autorização da autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião previamente agendada para o mesmo dia, local e horário.

65. Uma das características dos direitos fundamentais é a ilimitabilidade, de modo que, por não serem absolutos, poderão ser relativizados em alguns casos, desde que se verifique a razoabilidade na situação concreta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thallius Moraes

Levando em consideração as disposições doutrinárias e legais sobre a organização da Administração Pública, julgue os próximos itens.

66. No âmbito da Administração Pública Indireta, as pessoas jurídicas de direito público são criadas diretamente por lei, enquanto as pessoas jurídicas de direito privado adquirem a sua personalidade jurídica com a inscrição de seus atos constitutivos na serventia registral pertinente, desde que legalmente autorizadas.

67. As entidades que integram a administração descentralizada não estão hierarquicamente subordinado aos entes federados responsáveis por sua criação.

Julgue os próximos itens de acordo com as regras constitucionais, doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos servidores públicos.

68. Um servidor efetivo eleito para o cargo de Deputado Estadual será afastado de seu cargo para desempenho do mandato eletivo. Esse período de afastamento, contudo, será computado para todos os efeitos legais, salvo para promoção por antiguidade.

69. Ao tratar das regras remuneratórias no serviço público, a CF estabelece que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

No que tange aos poderes da Administração Pública, analise os próximos itens.

70. Com base em seu poder regulamentar, o administrador público poderá editar atos de caráter normativo, criando e extinguindo

obrigações, com o objetivo de dar fiel execução à lei.

71. Embora o poder de polícia seja eminentemente preventivo, ele também possui uma natureza repressiva, verificada em situações de descumprimento das normas existentes e sua consequente penalização.

72. A aplicação de penalidades a servidores decorre diretamente do poder disciplinar e indiretamente do poder hierárquico.

Considerando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos atos administrativos, considere as próximas assertivas.

73. Ato administrativo inválido poderá ser anulado por razões de mérito e legalidade, pela própria Administração que praticou o ato ou pelo Poder Judiciário, desde que devidamente provocado.

74. Em nenhuma hipótese é possível a revogação, pelo Poder Judiciário, de atos administrativos praticados pelo Poder Executivo.

75. Em algumas situações excepcionais a motivação do ato administrativo não é obrigatória, contudo, nesses casos, se a administração pública motivar espontaneamente tais atos, a sua validade ficará vinculada aos motivos apresentados.

Nos termos da Lei 8.666/93, que trata das licitações públicas, julgue os próximos itens.

76. Concorrência e tomada de preços são modalidades licitatórias pautadas pela universalidade de acesso, podendo participar quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

77. Situação Hipotética: Determinado órgão público federal pretende adquirir material de escritório para as suas unidades. O valor estimado de tal contratação é de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). Assertiva: Nos termos da Lei 8.666/93, o administrador público poderá optar entre utilizar a licitação na modalidade tomada de preços ou concorrência, embora aquela seja modalidade mais adequada do que a última.

A Lei 8.112/90 trata das regras estatutárias dos servidores públicos civis federais. Levando em conta tais disposições, analise os próximos itens

78. Adalberto, servidor público federal, está sendo investigado pela suspeita de cometimento de infrações administrativas. Nesse caso, ele poderá ser afastado de seu cargo, de maneira a evitar que atrapalhe nas investigações, por um prazo de até 60 dias, sem prejuízo de sua remuneração.

79. Caso um servidor tenha sido condenado por uma infração administrativa, a alegação de injustiça na decisão é fundamento apto a ensejar a revisão do processo administrativo disciplinar, em razão do princípio do contraditório e da ampla defesa.

Considerando as regras e disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da responsabilidade civil do Estado, analise a próxima assertiva.

80. Todos os entes da Administração Pública respondem de forma objetiva, não sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente causador do dano.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

81. Sobre a lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes:

Consideram-se como extensão do território nacional as embarcações a serviço do governo brasileiro, desde que estejam em alto-mar.

82. Sobre a lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes:

Em se tratando de crime contra o patrimônio ou a fé pública da União, cometido no estrangeiro, será aplicável a lei penal brasileira, ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro e nunca mais retorne ao Brasil.

83. Sobre a lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes:

A superveniência de lei penal mais gravosa não impede sua aplicação aos crimes permanentes, desde que sua vigência seja posterior à cessação da permanência.

84. Sobre a lei penal no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes:

O Código Penal brasileiro adotou a teoria da ubiquidade no que tange ao tempo do crime, considerando praticado o delito no momento da conduta, ainda que outro seja o momento do resultado.

TEXTO-BASE para os itens 85 e 86

Situação hipotética: José, mediante o emprego de arma de fogo, subtraiu para si o celular e a bolsa de Maria. Preso em flagrante minutos depois do crime, a duas quadras do local da infração, José foi conduzido à delegacia, tendo sido recuperados os bens subtraídos e apreendida a arma usada no crime. Os peritos, posteriormente, constataram que a arma de fogo era inapta a produzir disparos.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

85. **Assertiva:** nesse caso, a majorante do emprego de arma de fogo não será aplicável.

86. **Assertiva:** José deverá responder pelo crime de roubo, em sua forma consumada, sendo irrelevante o fato de os bens subtraídos terem sido recuperados brevemente após o crime.

TEXTO-BASE para os itens 87 A 89

Situação hipotética: Maria, moça de 12 anos de idade, descobriu estar grávida, mas como não desejava a gestação, dirigiu-se a uma clínica clandestina, de responsabilidade de José, rapaz de 25 anos, estudante de medicina, dando a este o consentimento para que fosse realizada a manobra abortiva, o que efetivamente aconteceu.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

87. **Assertiva:** José incorrerá nas penas do crime de aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante.

88. **Assertiva:** caso sobrevenha a Maria lesão corporal grave, a pena de José será aumentada de um terço, e duplicada se sobrevier a esta a morte.

89. **Assertiva:** se restar comprovado posteriormente que a gravidez de Maria era decorrente de estupro, José ficará isento de pena.

90. Sobre as lesões corporais, julgue os itens:

Haverá lesão corporal grave caso sobrevenha à vítima debilidade permanente de membro, sentido ou função, incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável.

91. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue os itens:

A energia elétrica ou qualquer outra que possua valor econômico é equiparada a coisa móvel para fins de furto, nos termos do Código Penal.

92. Situação hipotética: José, agente penitenciário, ao realizar procedimento corriqueiro de revista quando da entrada de visitantes no presídio em que se encontra lotado, percebeu que Maria, esposa de um detento, pretendia ingressar com um aparelho celular. José, então, nada fez para impedir o ingresso do aparelho.

Assertiva: nesse caso, é correto afirmar que José deverá responder pelo de crime prevaricação imprópria.

93. Situação hipotética: José assumiu, perante a autoridade policial, a prática de um crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, que teria sido praticado por seu irmão Ricardo, alvo central da investigação policial.

Assertiva: nesse caso, José deverá responder pelo crime de autoacusação falsa de crime, não havendo isenção de pena em razão do parentesco.

94. O crime de falso testemunho não se verifica quando a testemunha apenas cala a verdade ou nega a verdade em processo que tramita perante juízo arbitral.

95. Se determinado agente, preso ou submetido a medida de segurança detentiva, evadir-se ou tentar evadir-se, usando de violência contra a pessoa, incorrerá nas penas do crime de fuga de pessoa presa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

96. A defesa técnica é aquela exercida por profissional legalmente habilitado, com capacidade postulatória, constituindo direito indisponível e irrenunciável. Ao réu é assegurado o exercício da autodefesa consistente em ser interrogado pelo juízo ou em invocar direito ao silêncio, bem como de poder acompanhar os atos da instrução criminal, além de apresentar ao respectivo defensor a sua versão dos fatos para que este elabore as teses defensivas. Ao acusado, contudo, não é dado apresentar sua própria defesa, quando não possuir capacidade postulatória.

97. A Constituição da República e o Código de Processo Penal preveem regras e princípios para solucionar conflitos no tema “a lei no tempo”. À lei puramente processual penal aplicam-se os princípios da aplicação imediata e do *tempus regit actum* (tempo rege o ato).

98. Foi instaurado inquérito policial para apurar a conduta de Ronaldo, indiciado como autor do crime de homicídio praticado em face de Jorge. Ao longo das investigações, a autoridade policial ouviu diversas testemunhas, juntando os termos de oitiva nos autos do procedimento. Concluídas as investigações, os autos foram encaminhados para a autoridade policial. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que constatado, após a instauração do inquérito e conclusão das investigações, que a conduta do indiciado foi amparada pela legítima defesa, poderá a autoridade policial determinar diretamente o arquivamento do procedimento.

99. Durante o trâmite de um Inquérito Policial instaurado para apuração de crime de homicídio tentado a vítima apresenta requerimento ao Delegado de Polícia para realização de uma diligência que entende ser útil para apuração da verdade real. O Delegado de Polícia, entendendo ser impertinente o requerimento e a diligência solicitada, deixa de realizar a diligência, em razão do caráter autoritário do Inquérito Policial

100. Com relação ao inquérito policial, responda o item a seguir. Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação de iniciativa pública deverá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

101. A prisão em flagrante delito poderá ser realizada no interior da casa do autor do crime, nela podendo penetrar o agente policial sem o seu consentimento, em qualquer horário, inclusive à noite, independentemente de ordem judicial, exceto nos crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, quando então o executor deverá estar munido de um mandado de busca e apreensão.

102. Em janeiro de 2020, foi instaurado inquérito policial para apurar a prática de um crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, constando como indiciado Túlio. Ao receber os autos do inquérito, o Ministério Público requereu ao juiz apenas que os autos fossem encaminhados para Delegacia para cumprimento

de diligências imprescindíveis, conforme solicitado pela autoridade policial. O juiz, porém, considerando a gravidade do fato, decretou a prisão preventiva do indiciado. Com base na situação narrada, é correto afirmar que o magistrado agiu incorretamente, pois a prisão preventiva só pode ser decretada de ofício no curso da ação penal.

103. A Lei nº 7.960/89 traz uma medida cautelar pessoal de natureza constritiva conhecida como prisão temporária. Sobre tal medida, poderá ser decretada caso esteja sendo investigada a prática de homicídio doloso qualificado, mas não de homicídio doloso simples.

104. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, realizado por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame. Na falta do exame, poderá supri-lo a confissão do acusado.

105. Consoante atual redação do artigo 323 do Código de Processo Penal, "não será concedida fiança", nos crimes de racismo; nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como hediondos; nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

EXECUÇÃO PENAL**Marcos Girão**

Julgue os itens subsecutivos, tendo em vista os ditames da Lei Federal nº 7.210/1984, Lei de Execução Penal:

Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes considerados hediondos, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor. Sobre tal identificação julgue as assertivas a seguir.

106. É vedado ao titular de dados genéticos o acesso aos seus dados constantes nos bancos de perfis genéticos, bem como a todos os documentos da cadeia de custódia que gerou esse dado.

107. É correto afirmar que constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.

Julgue os itens a seguir, no que tange ao regramento a respeito o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), estabelecido pela Lei de Execução Penal.

108. O RDD terá duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.

109. As visitas a quem está submetido ao RDD serão semanais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente. Tais visitas terão duração de 2 (duas) horas.

Sobre as regras a respeito da progressão de regime estabelecidas pela LEP, julgue os itens subsecutivos.

110. Situação hipotética. José Lopes Tamborim é primário e cumpre pena por crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça. Ele poderá ser beneficiado com progressão de regime após cumprir 16% (dezesseis por cento) da pena. Hitler Saravi é reincidente e cumpre pena por crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça. Ele poderá ser beneficiado com progressão de regime após cumprir 20% (vinte por cento) da pena. **Assertiva.** As duas informações estão corretas.

DIREITOS HUMANOS**Ricardo Torques**

111. Os direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal são garantidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País apenas.

112. A Constituição estabelece que a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade, o sexo de apenado e o tempo de condenação.

113. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foi aprovado em 2009, segundo Governo Lula, permite que sejam firmadas parcerias com outros órgãos federais relacionais com os temas tratados nos eixos e diretrizes.

114. O PNDH-3 não permite a participação de outros entes políticos além da União.

115. Em se tratado de reclusos com deficiência física, mental ou qualquer outra incapacidade, as Regras de Mandela preveem que as administrações prisionais devem fazer todos os ajustes possíveis para garantir que tais reclusos tenham acesso completo e efetivo à vida prisional com privilégios em relação aos demais.

116. O sistema de registro dos reclusos, por conter informações protegidas pela intimidade, não pode ser utilizado para gerar dados sobre tendências e características da população prisional.

117. O Conselho Penitenciário é um órgão consultivo e fiscalizados da execução da pena e o mandato dos membros terá a duração de 4 (quatro anos).

118. O Conselho Penitenciário emitirá parecer sobre indulto e comutação de pena, inclusive quando o pedido de indulto se basear no estado de saúde do preso.

119. O Conselho da Comunidade deverá ser composto, no máximo, por 4 (quatro) membros: um representante da associação comercial ou

industrial, um advogado indicado pela Seção da OAB, um defensor público indicado pelo Defensor Público Geral e um assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais.

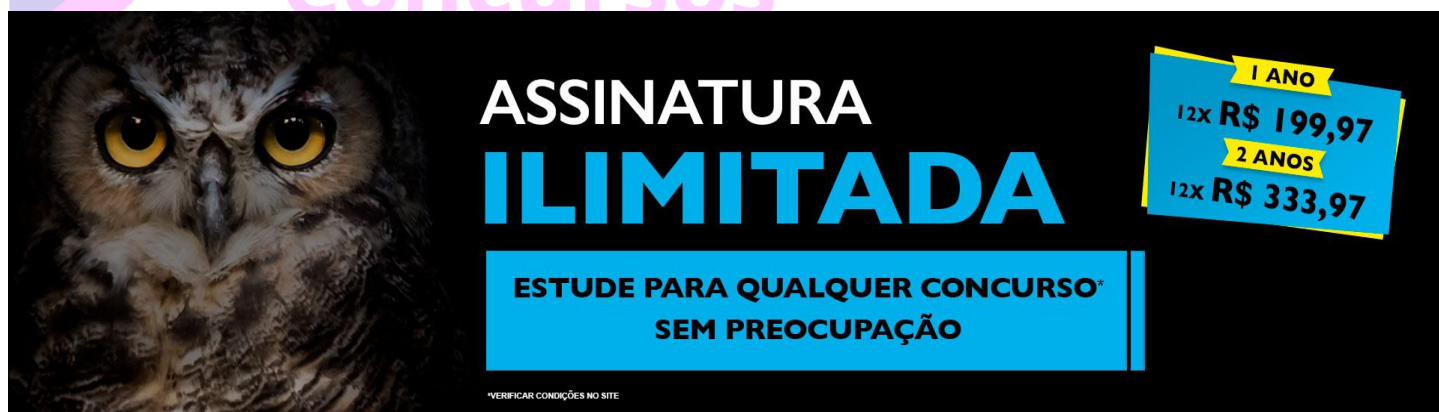
120. Uma das atribuições do Conselho da Comunidade é visitar, ao menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DEPEN-03-05>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.